



# CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná  
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

Solicitação de Emenda Modificativa  
Substitutivo Projeto de Lei n. 69/2017  
Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021.

O vereador que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, dentro do prazo estabelecido pelo Exmo. Presidente dessa Casa de Leis submete à apreciação da respeitável Comissão de Finanças, Economia e Orçamento da Câmara Municipal de Apucarana a seguinte proposição para que se altere a “justificativa” e os “indicadores” do “Código do Programa nº 9 da Secretaria de Gestão Pública – Código da Unidade Responsável 02.05.00 – Anexo II”, conforme segue:

**1) Onde se Lê:**

Justificativa

O Município necessita de veículos leves e pesados para atender a população, e este programa vem com o intuito de alocar recursos para atender a esta demanda.

Indicadores

Manutenção corretiva dos veículos.

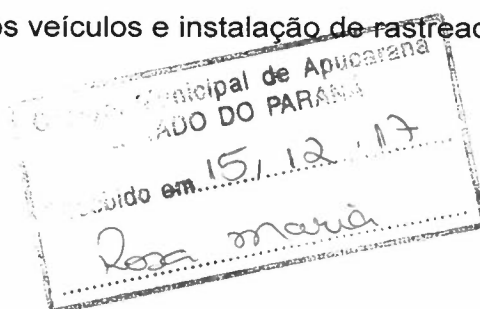
**Leia-se:**

Justificativa

O Município necessita de veículos leves e pesados para atender a população, e este programa vem com o intuito de alocar recursos para atender a esta demanda. Neste programa também se pretende destinar recursos para a instalação de rastreador veicular em toda a frota de veículos oficiais.

Indicadores

Manutenção corretiva dos veículos e instalação de rastreador veicular.



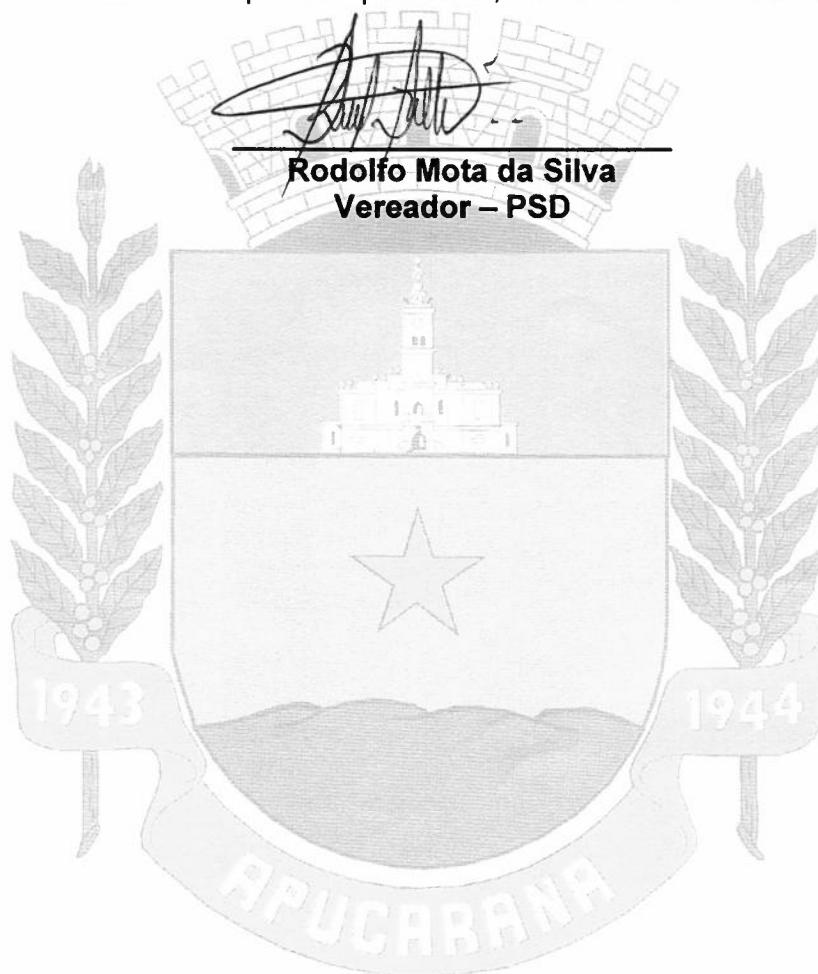


# **CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA**

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná  
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | [www.apucarana.pr.leg.br](http://www.apucarana.pr.leg.br)

- 2) Alterem-se, no que for necessário, os quadros demonstrativos afins, constantes do Projeto de Lei, de seus anexos e volumes.

Câmara Municipal de Apucarana, 14 de dezembro de 2017.



**Rodolfo Mota da Silva**  
Vereador – PSD



# CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná  
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

## JUSTIFICATIVA

Nos termos da previsão contida no art. 189, V do Regimento Interno desta casa parlamentar, passo a apresentar a justificação, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentam a adoção da medida proposta, nos termos que se seguem:

### **I. DO CABIMENTO DA EMENDA**

Antes da análise de mérito, salutar é demonstrar o cabimento legal da presente emenda, o que se faz por diligência e a título de pré-questionamento em caso de negativa preliminar desta, ou seja, em caso de não envio ao plenário para deliberação.

Evitando-se a prolixidade, a Lei Orgânica do Município de Apucarana/PR, lei maior do município, prevê, em seu artigo 113 que:

Art. 113 - Os Projetos de Lei relativos ao orçamento anual, ao Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e aos créditos adicionais são de iniciativa exclusiva do Prefeito e serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de seu Regimento Interno e desta Lei Orgânica.

§ 1º - Caberá a comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, além das atribuições previstas no Regimento Interno;

I - acompanhar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária;  
II- examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo, e sobre as contas apresentadas pelo Prefeito Municipal;

III- examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais previstos nesta Lei Orgânica, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

**§ 2º - As emendas serão apresentadas à Comissão Competente, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas pelo Plenário, na forma regimental.**

**§ 3º - As emendas do Projeto de Lei do Orçamento anual e projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovadas caso:**



# CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná  
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

**I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;**

**II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de e despesas, excluídas as que incidirem sobre:**

**a) - dotações para pessoal e seus encargos;**

**b) - serviços de dívida;**

**c) - transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.**

**III - sejam relacionados:**

**a) - com a correção de erros ou omissões;**

**b) - com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.**

**§ 4º - As emendas ao Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com Plano Plurianual.**

**§ 5º - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação aos Projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação em Plenário, da parte cuja alteração é proposta.**

**§ 6º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto neste Capítulo, as demais normas relativas ao processo legislativo.**

**§ 7º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesa correspondente, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante crédito adicionais, especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização Legislativa.**

Num primeiro momento, é possível verificar que a emenda apresentada cumpre os requisitos da lei suso, visto que tempestiva, cabendo, desta forma, à comissão competente emitir parecer.

Ressalta-se que prevê a legislação específica a apreciação pelo plenário da emenda, utilizando-se do conectivo, com ideia de adição, "e". Deste modo, não há previsão para a não apreciação pelo plenário, salvo nos casos indicados pelo §3º, inciso II e alíneas "a", "b" e "c".

Verifica-se que não há alteração de dotações para pessoal e seus encargos; serviços de dívida e/ou transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, desta forma, nos termos da Lei Orgânica, não há que se falar de rejeição -



# CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná  
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

preliminar ou qualquer outro meio que obstaculize a apreciação da presente emenda pelo Plenário desta Casa de Leis.

Do que se afere do texto legal, existe vedação à análise e aprovação descrita em rol taxativo, visto que a extensão deste rol por analogia ou interpretação extensiva teria o fim de limitar a atividade do Poder Legislativo, o que não é cabível.

Em consonância com o exposto, verifica-se que o art. 2º, inciso I do Regimento Interno desta casa de Leis, assim prevê:

Art. 2º. A Câmara Municipal tem função institucional, **legislativa**, fiscalizadora, julgadora, administrativa, financeira e orçamentária, de controle e de assessoramento dos atos do executivo, além de outras permitidas em lei e reguladas neste regimento interno.

**§. 1º. Função institucional e legislativa: é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos; elege sua mesa, procede à posse dos vereadores, do prefeito municipal e de seu vice-prefeito, tomando-lhes compromisso e recebendo suas declarações de bens; zelar pela observância de preceitos legais e constitucionais, representando ao Poder Judiciário contra ato do prefeito que os transgrida; sobre matérias da competência do município, respeitadas as reservas constitucionais da União e do Estado.**

Ainda, em concordância com o aqui fundamentado, o RI (Regimento Interno) assim prevê no art. 192, inciso IV e §1º:

Art. 192. É da competência exclusiva do prefeito a iniciativa dos projetos de Lei que:

IV. disponham sobre o plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

**§. 1º. Não é admitido aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvadas as emendas ao projeto de lei orçamentária anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentária e com o plano plurianual;**



# CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná  
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

No mais, e dando cabo à fase preliminar, o RI ainda prevê que:

Art. 252. Recebida do Prefeito à proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará distribuir cópias aos Vereadores, enviando o respectivo projeto à comissão de Finanças e Orçamento, que receberá as emendas apresentadas pelos Vereadores, no prazo de 10 (dez) dias.

§. 1º. A Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias para exarar parecer sobre o projeto e emendas apresentadas;

Pelo que prevê o Regimento Interno, pelo acima exposto, a única comissão competente terá prazo para exarar parecer, ou seja, apenas uma comissão, analisará a LDO, LOA e PPA no que atine ao projeto em si e às suas emendas, inclusive, neste sentido é o que se verifica da análise da competência das comissões no Título IV, Capítulo II da norma em comento.

Por todo o exposto, pugna-se pelo prosseguimento da presente emenda, visto que preenchidos os requisitos para a proposição, bem como o encaminhamento ao plenário para análise do mérito, após receber o parecer da comissão competente.

## II. DO MÉRITO

A presente emenda visa programar posterior custeio para a instalação de rastreador veicular em toda a frota de veículos municipais. Assevera-se que tal medida vem em consonância com o que se espera da Administração Pública, seja em termos de segurança, transparência e probidade.

A implementação de custeio para a instalação de rastreadores gerará maior segurança no sentido de que possibilita o conhecimento do local em que se encontra o veículo nos casos de roubo ou furto, possibilitando a retomada deste.



# CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná  
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | [www.apucarana.pr.leg.br](http://www.apucarana.pr.leg.br)

No que tange à transparência, pode-se afirmar que a existência de rastreadores nos veículos dará maior alcance de conhecimento do gestor e até mesmo da população sobre quais rotas e locais que o veículo esteve e transitou, gerando por consequência maior probidade.

A probidade se encontra no fato de que com a existência de rastreadores será evitada ou ao menos reduzida a existência de casos de utilização indevida de veículos do poder público municipal, gerando, inclusive, menor gasto com combustível e manutenção

E por fim, trará maior tranquilidade e agilidade a todos os servidores que se utilizam dos veículos oficiais, vez que o controle da frota se dará por meios eletrônicos e não mais através de "diário de bordo" físico que necessitam ser preenchidos à mão em qualquer ocasião.

Câmara Municipal de Apucarana, 14 de dezembro de 2017.

**Rodolfo Mota da Silva**  
Vereador - PSD





# CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná  
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | [www.apucarana.pr.leg.br](http://www.apucarana.pr.leg.br)

Apucarana, 20 de dezembro de 2017.

Parecer Jurídico

Emenda Inclusiva

Autor: Rodolfo Mota da Silva

Apresenta o Vereador Rodolfo Mota da Silva emenda inclusiva, no sentido de alterar nome de programa de governo, incluindo o termo “rastreador de veículos”, no local onde se está gravado Manutenção corretiva de veículos.

A emenda não merece prosperar, uma vez que altera substancialmente o programa de governo programado pelo Poder Executivo, criando novo serviço totalmente diverso da manutenção corretiva de veículos ao incluir o SER4VIÇO ESPECIALIZADO DE MONITORAMENTO DE VEICULOS.

Trata-se de programas absolutamente distintos, data vênia, uma vez que o primeiro pretende fazer a manutenção corretiva de veículos (com o fornecimento de peças e serviços) e o segundo a sua monitoração eletrônica, em nada se assemelhando ao primeiro.

A um flagrante aumento de despesa, e o Autor não indica de onde se acrescentará este, estando pois a emenda em flagrante discordância com a legislação, tenta legislar por via transversa, o que é defeso. **A criação de programa de monitoramento de veículos e matéria de exclusiva competência do Chefe do Executivo, assim já se manifestou essa Assessoria Jurídica em parecer exarada em projeto de Lei de Autoria do mesmo Vereador.**





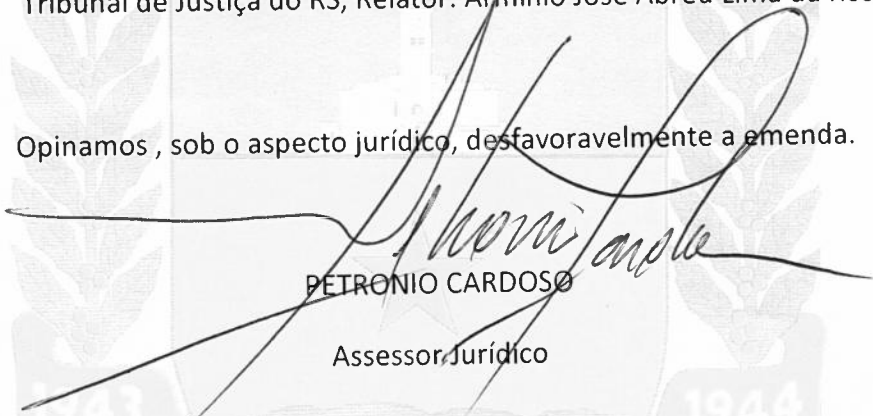
# CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná  
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

A matéria é estranha á competência desta Casa, é o entendimento jurisprudencial:

**Ementa: LEI ORÇAMENTÁRIA E EMENDA LEGISLATIVA.** DISPOSITIVOS ESTRANHOS À PREVISÃO DE RECEITA E DESPESA E QUE CUIDAM DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. QUEBRA DOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE, LICITAÇÃO E RAZOABILIDADE. ARTIGOS 5.º, I, 37, XXI, 61, § 1.º, II, B, E 165, CF/88 C/C OS ARTIGOS 8.º, 19, 82, VII, E 149, § 9.º, CE/89. Não é possível ao legislador municipal introduzir **emendas à lei orçamentária**, quando o seu conteúdo é estranho à temática receita e despesa, notadamente quando tais acréscimos tratam de matéria própria à organização e funcionamento da administração municipal. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70008225138, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Armínio José Abreu Lima da Rosa

Opinamos, sob o aspecto jurídico, desfavoravelmente a emenda.

  
PETRONIO CARDOSO

Assessor Jurídico

Ilmos. Senhores Vereadores

Comissão de Finanças e Orçamento

Nessa